

**DEBATES CONTEMPORÂNEOS SOBRE O TRABALHO DOCENTE DO
ENSINO SUPERIOR À LUZ DO MARXISMO**

Eixo: Marxismo, educação e luta de classes: desafios históricos e urgências contemporâneas

Cristina Miyuki Hashizume¹

Resumo

O objetivo do trabalho é problematizar teoricamente à luz de teorias com base no marxismo a nova ordem de funcionamento do mundo do trabalho frente ao novo ritmo e carga de trabalho que se impõem, tornando o ambiente universitário competitivo e marcado pelo produtivismo bibliométrico. A partir de estudos empíricos realizados, relacionaremos o fator psicológico do docente com a carga de trabalho que se impõe no cotidiano de trabalho. Resultados: O estudo nos permite considerar que a bibliometria tem assemelhado o cotidiano de trabalho docente com o sistema produtivo industrial: focado em resultados. O uso de medicamentos e intervenções de “qualidade de vida” são estratégias para diminuir o cansaço e ansiedade gerados pelo excesso de cobrança. A performance é atingida através de ações individuais ou de grupos cada vez mais seletos (por meritocracia) e herméticos, que permitem a quem está no auge da produtividade ser premiado com bonificações e *status* diferenciais. Nota-se claramente a avaliação externa influenciando na autonomia dos programas de pós graduação da universidade, através de parâmetros cada vez mais rigorosos das agências de fomento, que priorizam padrões produtivistas das áreas tecnológicas e de saúde.

Palavras-chave: produtivismo; trabalho docente; ética no trabalho.

**DISCUSSION ON CONTEMPORARY TEACHING OF HIGHER
EDUCATION UNDER MARXISM THEORY**

Abstract

The objective is to theoretically discuss the new order of the labor market functioning considering the new pace and workload required. It makes the university environment so competitive and individualized, marked by research performance measurement. We are going to connect the teachers' psychological factor with the workload required in their daily work. Results: This study allows us to consider that research performance measurement in routine of teaching work is similar to industrial production system: focus on results. The use of medications and "quality of life" interventions are strategies to reduce the fatigue and anxiety generated by excessive demands. The performance is achieved through individual actions or select and hermetic groups, that allows anyone at the top of productivity to be awarded through bonuses and status. We note clearly that external evaluations influence on autonomy

¹ Grupo de Pesquisa Trabalho, Saúde e Subjetividade, Mestrado em Psicologia da Saúde, Universidade Estadual da Paraíba, UEPB.

of university postgraduate programs, through increasingly rigorous parameters from fomentation agencies that prioritize standards in technological and health areas.

Keywords: productivism; teaching work; work ethic.

Este artigo tem o objetivo de levantar problematizações teóricas sobre a nova ordem de funcionamento do mundo do trabalho frente ao novo ritmo e carga de trabalho que se impõem, tornando o ambiente universitário competitivo e propenso à ética individualista, além de marcado pelo produtivismo² bibliométrico. Ancorados no referencial teórico da Psicopatologia do Trabalho e da Clínica da Atividade (Dejours, 1986; 2000; Cru, 1982) e em autores que discutem as relações de trabalho na contemporaneidade (Ehrenberg, 2010; Sennet, 1998, 2001; Gaulejac, 2010; Pagès, 1993, Chomsky, 2014), a partir de um viés marxista, utilizar-nos-emos de conceitos dessas abordagens para compreendermos de que forma o trabalho docente é afetado pela carga de trabalho que se impõe no cotidiano de trabalho.

Conjuntura sócio-política na universidade e a sua articulação com a saúde

A instituição pública, e especificamente a por nós estudada, passou por um processo de inserção na lógica mercantil, desde a implantação do programa de liberalização do país, iniciado oficialmente com a Reforma Administrativa em 1990, no governo de Fernando Collor de Mello, sendo relaxado durante o governo de Itamar Franco e recrudescceu no governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995, com a transformação da Secretaria da Administração Federal em MARE (Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, hoje extinto). Este ministério traçou uma série de diretrizes que confluíram para uma política de inserção do Brasil no mercado mundial, tornando-o mais globalizado e voltado para interesses externos. Visando a um alinhamento multinacional, baseou-se nas metas traçadas pelo Banco Mundial em troca de financiamento de projetos e empréstimos para os países da América Latina³ (Sguissardi, 2010, Sguissardi & Silva-Jr, 2000; 2001; 2006, 2009; Lima, 2007; 2012; Mancebo & Silva-Jr, 2012). Segundo Chauí (1998; 2001), a Reforma do Estado se baseia no pressuposto ideológico básico de que “todos os malefícios (...) do país

² As reflexões aqui produzidas têm como foco disparador o trabalho de mestrado “Saúde e participação política” e o trabalho de doutorado, ambos defendidos no Programa de Pós Graduação em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano, orientado pela professora livre-docente Maria Luisa Sandoval Schmidt.

decorrem da presença do Estado não só no setor de produção (...), mas também nos serviços não-exclusivos (...) donde se conclui que todos os benefícios procedem da presença das empresas privadas no setor de produção”. Decorrente dessa forma de pensar, notamos a “identificação imediata entre intervenção estatal reguladora da economia e direitos sociais”, o que “permite” que os direitos sociais sejam incluídos na categoria de “serviços estatais, destinados a se tornar não-estatais.” (Chauí, 2001).

O Estado se vê desobrigado a articular democraticamente direito e poder, e “dessa maneira, não considera a educação como um direito dos cidadãos, mas sim, um serviço público qualquer, que pode ser terceirizado ou privatizado”. (Chauí, 2001) Alteraram-se, portanto, os pressupostos ideológicos acerca do lugar e do modo de inserção social da universidade, o que acarreta uma modificação profunda na concepção de pesquisa e docência, e traz sérias consequências para todo o modo de organização universitário.

Autores importantes de universidades públicas vêm desenvolvendo estudos em nível nacional e regional acerca da saúde dos docentes do magistério superior e as implicações da excessiva carga de trabalho destes no cotidiano acadêmico. (Mancebo, 1996; Schmidt, 2001; Sobrinho, 2000; Silva, 2001; Sguissardi e Silva-Jr, 2009, 2001, 1999, 1998, 1997a, 1997b; Leda, 2012). Alguns pesquisadores enfatizam aspectos objetivos, dados e números de alunos e professores, além de informações sobre o financiamento público nas universidades federais públicas. Outros analisam a precarização das condições de trabalho dos docentes universitários das universidades públicas nacionais, assim como a tendência a priorizar algumas atividades acadêmicas em detrimento de outras, em prol do produtivismo e mercantilização das práticas. Nessa discussão, deparamo-nos com a figura do professor substituto, que tem um vínculo empregatício precarizado, sem direito a benefícios sociais garantidos pela CLT ou estatutos próprios do serviço público. Outros estudos, ainda, enfocam o lado psicológico e os efeitos das políticas instituídas pelo governo e pela universidade sobre a subjetividade do trabalhador, articulando-o com o engajamento político desses trabalhadores e a possibilidade de busca de formas alternativas de enfrentamento e criação de saídas dessa lógica imposta. (Schmidt, 2001; Maximo, 1996).

Quando nos referimos à carga de trabalho, entendemos que ela, por si só, não basta para compreendermos a relação entre homem e trabalho. Nessa relação faz-se mister levarmos em conta que, principalmente em uma relação empregatícia de longo prazo, como é o caso de nossos depoentes, sempre que os planos de vida são afetados por mudanças (sociais ou pessoais) o indivíduo hesita, resiste, inventa, experimenta, posiciona-se com relação às contradições em virtude de seus subsistemas de vida. Clot (2006) defende que, para além de

conceitos utilizados pela Ergonomia (trabalhos prescrito e real) deva-se analisar as formas como o homem se relaciona internamente (psicologicamente) com a atividade proposta.

Como toda pesquisa datada, localizada e implicada com uma ética, esse estudo se refere a discussões e indagações de 2002, na ocasião do mestrado, e posteriormente, em 2010, quando da realização do trabalho de doutoramento. Muitas das análises foram escritas em função de políticas emergentes na época em nível de governo federal que impactavam na universidade. Dentro das políticas federais mais recentes, podemos perceber que algumas discussões se mantêm, por outro lado, devemos reconhecer que houve muitas conquistas no que tange a políticas públicas federais implementadas no sentido de subsidiar e oferecer infraestrutura para que a universidade ofereça melhores condições de trabalho aos docentes, funcionários, e alunos. Uma atualização em relação às políticas públicas vigentes poderá ser discutida em escritos posteriores.

Iniciaremos falando do aporte teórico eleito para as análises do material coletado, em seguida, apresentaremos pontualmente reflexões provenientes das análises realizadas na ocasião das pesquisas feitas, para, por fim, concluirmos propondo algumas reflexões a partir do cenário atual dos professores universitários de instituições públicas.

Um cenário sócio-político econômico de grande efervescência nas diversas esferas da vida humana produziu terreno propício para o surgimento, na literatura especializada da academia, a partir da década de 1970, de um conjunto de investigações sobre saúde do trabalhador que assinala o caráter histórico e social do processo de saúde-doença, que passa a ser encarado como diretamente articulado com o processo de produção, verificando-se um modo característico de adoecer e morrer nos grupos humanos. O estudo não mais se centra nas patologias, mas sim, no eixo saúde-doença, passando o fenômeno a ser encarado como biopsicossocial, expressão concreta do processo histórico em um momento determinado (Caponi, 1997). Dessa forma, o acidente de trabalho é encarado como apenas um aspecto mais visível dos danos causados pelo trabalho, mas não o único. Há o reconhecimento de uma série de outros efeitos que são sentidos nos âmbitos psicológico, social, afetivo, etc. (Cru, 1982; Dejours, 1986; 2000)

A Ergonomia e a Medicina Social entendem a carga de trabalho como “elemento causador de danos à saúde do trabalhador”, inclusive, afetando possibilidades de mobilização e participação política instituinte (Coimbra, 1982). A carga de trabalho é resultante da conjunção de elementos do processo de trabalho que interatuam dinamicamente, bem como com o corpo do trabalhador, o que provoca desgaste, entendido como perda da capacidade potencial/afetiva corporal ou psíquica.

Corroboramos o conceito de saúde de Dejours e Canguilhem: abertura ao risco, margem de tolerância para enfrentar as variações do meio (Caponi, 1997). Para Canguilhem (1966), o conceito de saúde deve considerar e integrar as variações como favoráveis, incluindo-se nelas a possibilidade de cair doente e poder se recuperar. Na mesma direção, para Dejours (1986), a “saúde não consiste absolutamente em não se ter angústia”. O importante seria tornar possível a luta contra ela, de tal modo que a resolvesse, que a acalmasse momentaneamente para poder ir em direção a outra angústia. “Não é questão de aprisioná-la de uma vez por todas, pois não existem situações assim” (Dejours, 1986).

O estudo realizado e as análises

O estudo realizado coletou depoimentos dos professores de duas faculdades dentro da universidade, sendo que uma apresentava um perfil político ideológico opostos entre si: uma faculdade se mostrava sempre em acordo com parcerias público-privadas, defendiam o financiamento privado na universidade pública. A outra faculdade investigada mantinha um posicionamento ideologicamente alinhado aos princípios de base de uma universidade pública. Opunham-se a qualquer interferência privada na estrutura acadêmica da universidade, assim como mantinham um posicionamento crítico a respeito de prazos, diretrizes de pesquisas e financiamentos ditadas externamente, pelos órgãos financiadores de pesquisa federais. A intenção nesse artigo não é relatar detalhes das pesquisas iniciais realizadas (Hashizume, 2002; Hashizume, 2010), apesar de fazer referência a elas, mas refletirmos a partir de suas conclusões, atualizando-as no cenário atual.

Não detalharemos procedimentos nem metodologia de pesquisa aplicados pois a ênfase desse artigo são as análises fruto do estudo, e não um relato da pesquisa em si. Para o presente artigo, é importante saber que as entrevistas realizadas com professores se deram em dois momentos: em 2002 para um estudo exploratório, e em 2005 e 2006 para a pesquisa em si. O objetivo da pesquisa realizada era cartografar as condições de trabalho do docente do ensino superior público desta universidade pública, face à aceleração da cobrança por produtividade bibliométrica.

A partir do conceito de implicação, da Análise institucional, tomando-nos como pesquisadores implicados na questão do ensino superior, não pretendemos nenhuma neutralidade, assim como não acreditamos que o campo de pesquisa deva ser estudado em seu estado “intacto” e sem interferência do pesquisador. A pesquisa foi realizada *pari passu* a uma interação com os depoentes, que dedicaram seu tempo para pensar sobre o tema, para refletir

conjuntamente sobre as condições de trabalho dos professores-trabalhadores do ensino superior.

O depoimento dado pelos docentes, portanto, era direcionado (à época) a uma pesquisadora da academia, alguns anos mais nova do que os depoentes, e esses aspectos, de alguma forma, nortearam o conteúdo de suas falas. Durante a pesquisa ficou explícita a tendência política e pedagógica dos docentes, que ora se viam frente a uma pós graduanda (assim como seus orientandos), ora uma colega da academia, ora uma psicóloga disposta a escutar o sofrimento produzido pelo trabalho. Para cada docente participante, relações singulares entre pesquisador-pesquisado se estabeleceram, em que um ou outro aspecto do interlocutor ficou mais visível, conformando as falas.

Em relação às políticas públicas que regem o ensino superior ou que influenciam diretamente em seu direcionamento, podemos citar a autonomia universitária, diretrizes do MEC em relação a cursos pagos em universidades, propostas governamentais sobre parcerias público-privadas (grande dilema vivido no momento da pesquisa e que hoje se vê atualizado no discurso contra a implementação da EBSEH- Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que é entendido pela comunidade acadêmica como a privatização dos hospitais públicos), critérios e prazos de agências de fomento que interferem na dinâmica acadêmica, posicionamento da Comissão avaliativa de Regimento de trabalho da Universidade, escassez de concursos públicos em âmbito nacional, a figura do professor substituto, dentre outras discussões presentes nos debates da associação dos docentes da universidade.

Percebemos na pesquisa realizada, que nem todos os professores tinham opinião formada sobre discussões mais amplas sobre a universidade e condições de trabalho. Não participar de movimentos políticos na universidade colocava o docente numa sensação de impossibilidade de mudança em relação a essas discussões. Coloca-nos Dejours (1986) que o medo ao risco pode ser amplificado pelo desconhecimento dos limites desse risco ou pela ignorância de métodos de prevenção eficazes. Em outras palavras, desconhecer as discussões de vanguarda sobre um tema, ou achar essas discussões supérfluas, impede que o trabalhador se alie a outros colegas com vistas a lidar com os problemas em comum.

Os professores reconhecem que a greve é um espaço interessante para o debate de idéias e opiniões, porém, o movimento sindical e a associação de docentes não tinham a força e presença que o movimento já teve em outros momentos da história brasileira (décadas de 70,80). Estudos nos apontam que os movimentos sociais sofreram mudanças ao longo das décadas (Gohn, 2009). A depender do contexto social e político, as mobilizações tomavam configurações diferenciadas. De modo que, atualmente, os movimentos sociais se mostram

mais flexíveis, contemplando participações via redes sociais, e-mails, além de grupos que debatiam temas diferenciados ora presencial, ora virtualmente. Por outro lado, a falta de participação é justificada pelo fato de alguns docentes não se sentirem à vontade para participarem das assembleias, haja vista o discurso hegemônico do grupo de docentes que encabeça o movimento. No caso de nossa pesquisa, professores que tinham tendências claramente esquerdistas radicais, que não abriam a possibilidade de um debate com docentes de outras aderências políticas.

Um fator que acaba por afugentar a participação de docentes é o radicalismo e uma certa prepotência ideológica dos discursos de esquerda, que podem se tornar intolerantes em relação a participação de outros olhares sobre o movimento docente.

Em nosso estudo, professores de formação mais técnica e menos dialógica são tradicionalmente mais conservadores, fazendo com que o grupo de professores se coloque, em grande parte, à margem de discussões coletivas a respeito de sua categoria profissional. Em que pese as contradições entre o discurso conservador que pregam e a precarização de suas condições de trabalho, o discurso ideológico defendido por grupos conservadores trata as relações de trabalho como já dadas, desenvolvendo resiliência a elas. Ao mesmo tempo, tais docentes se veem mais à vontade para desenvolver atividades privadas dentro da universidade pública, através das fundações de direito privado, vinculadas à academia. Ligados a cursos de pós graduação *lato sensu* (MBA) e consultorias, as grandes empresas influenciam fortemente o posicionamento político (ou a sua falta) nas relações acadêmicas, fazendo emergir um dilema ético. Isso não significa, porém, que os professores em sua totalidade concordem acriticamente com ela. As críticas se referem, porém, a assuntos mais técnicos e não tanto sobre a ética pública de uma instituição de ensino superior. O fato de complementarem suas rendas com assessorias a empresas privadas os coloca numa posição delicada já que há conflitos entre interesse públicos e privados. Nesse sentido, expor-se a favor de lutar pelos direitos trabalhistas não é visto como sensato nesse grupo.

É inegável que desde a Reforma Administrativa referenciada anteriormente, os professores se encontram com uma significativa sobrecarga de atividades, sejam elas tarefas docentes ou burocrático-administrativas. Esse acúmulo excessivo de atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas ocasiona um movimento em que se prioriza algumas atividades “mais lucrativas” segundo critérios de avaliação produtiva acadêmica. Nessa hierarquização de atividades preferidas pelos docentes efetivos, encontram-se a pesquisa, em primeiro lugar, seguidas de ensino (orientações) e, por último, a extensão. Por serem cobrados individualmente pelo seu produtivismo, os docentes acabam por se dedicar mais arduamente a

atividades de pesquisa, que sempre geram publicações e possibilidades de novas pesquisas que poderão ser remuneradas, corrigindo a defasagem de seu salário. (Sguissardi, V. & Silva-Jr, Jr., 2009). Porém, tais pesquisas, que são voluntariamente buscadas pelo professor, são realizadas como prestações de serviço, em que não têm seus direitos trabalhistas assegurados, tornando-se uma complementação salarial precarizadas e necessária. Esse acúmulo de atividades se dá pelo aumento do número de vagas oferecidas a alunos nos cursos, em detrimento de contratação de professores, somada ao fato de que, com a “evolução” funcional na carreira, há uma exigência maior de outras responsabilidades de caráter burocrático administrativo que devem ser exercidas pelos docentes. Em contrapartida, a situação dos professores efetivos é apaziguada com a presença dos professores substitutos, que com condições de trabalho ainda mais precarizadas, acabam por assumir as disciplinas de sala de aula (professor aulista), atividade que nem sempre é exercida pelo docente efetivo pesquisador. A qualidade do ensino universitário se torna ainda mais frágil, tendo em vista que as aulas na graduação ficam relegadas a professores substitutos, que cumprem de 20 a 30 horas em sala de aula, ou a poucos professores efetivos. Quebra-se exatamente a lógica de retroalimentação entre pesquisa-ensino-extensão. A tendência que já se demarcou desde a época em que a pesquisa foi realizada mostra um investimento dos docentes mais experientes cada vez maior em atividades de pós graduação e pesquisa, pois estas lhes renderão “produtos” que melhorarão sua produtividade.

No momento da pesquisa, nos idos de 2000, alguns professores acreditavam estar vivendo um estado de exceção, acreditando que, num futuro próximo, a carga de trabalho diminuiria, assim que a instituição se adequasse à quantidade de alunos ingressantes. Porém, após 10 anos, com os estudos mais recentes na área de Psicossociologia e Sociologia do Trabalho, percebemos que a tendência é o paradigma da gestão se acentuar cada vez mais. Do docente-pesquisador se é esperada uma postura de gestor de projetos, captador de recursos para a universidade, que cada vez se vê mais estrangulada em seu orçamento. Com isso, muito do tempo que se poderia dedicar ao estudo de sua área de formação, em si, é perdido realizando-se relatórios, criação de projetos, prestação de contas, cadastros em sistemas de avaliação de produtividade, etc.

Alguns professores estavam em vias de se aposentar, e viam esse momento de transição como uma forma de se livrar de atividades obrigatórias acadêmicas⁴ e poderem se

⁴ Aqui, referimo-nos a atividades e tarefas burocráticas e mecânicas, como preenchimento de relatórios, pareceres, enfim, atividades que não são essenciais para a docência, mas acabam sendo obrigatórias a esses trabalhadores.

envolver apenas com as publicações e outras atividades que lhe eram prazerosas. Apesar de toda a discussão que há nas associações docentes a respeito do trabalho (voluntário) do professor aposentado, e suas repercussões institucionais e políticas dentro da universidade, esta tem sido a saída usada por muitos professores para manterem um ritmo de trabalho mais saudável, já que acreditam que se afastando das atividades rotineiras (dar aula, orientar) possam se dedicar exclusivamente às publicações especializadas. Aposentar-se, na visão desses professores representa melhora tanto na saúde física (pois alguns professores tinham idades próximas dos 60 anos), diminuindo a longa jornada de trabalho, viagens, agendas superlotadas de compromissos, quanto saúde mental. A pressão cotidiana pelas demandas urgentes e emergentes da academia cria um contexto de exaustão, e, de certa forma, impotência frente a tantas responsabilidades. Apesar de a maturidade acadêmica possibilitar mais autonomia para escrever e publicar, percebe-se que fisicamente tais professores não tem perfis de gestores. O envelhecimento do corpo é vivenciado com algum sofrimento por professores, já que os docentes entrevistados entraram na instituição havia pelo menos uma década e se viram pressionados a se adaptar a uma realidade diferente daquela que os impulsionou a entrar no magistério. O envelhecimento tem sido vivido com tranquilidade por esses professores, que já não mais se identificavam com o trabalho atual da universidade, denunciando certa incongruência entre o fazer docente e o perfil de gestor acadêmico solicitado ao docente atualmente. Os docentes de mais idade demonstravam um certo pesar de ver ex-alunos adentrando a docência com posturas mais de gestores do que de docentes.

A decisão pela aposentadoria não é tomada sem questionamentos e complicações subjetivas. Aposentar também é abdicar-se de um ideário transformador da realidade. Pode ser percebido como uma defesa do sentido do trabalho em que acreditam: trata-se de uma recusa em exercê-lo submetido a leis contrárias à sua ética profissional. Da mesma forma, vamos encontrar professores em idade de se aposentar, no entanto, não sem fazê-lo, impulsionados por “preparar condições” melhores para os próximos professores que vierem a constituir o quadro de docentes. Com dedicações fora do normal, esses professores dão o máximo de si em busca de um sentido: que o trabalho de uma vida toda na universidade não tenha sido em vão. Por isso denominamos esse esforço de uma opção coerente com sua ética profissional. Essa opção afeta suas perspectivas de carreira acadêmica, seus planos de vida pessoal/ afetiva e profissional. No caso dos professores, vemos a importância de analisar o contexto sócio-afetivo que perpassa e define a atividade docente. Palavras como “prazer”,

“vocação”, “amor” não aparecem gratuitamente nas falas dos depoentes. O engajamento nas atividades universitárias não se dá devido “apenas ao prazer” (na medida em que suas necessidades, seus desejos e saúde são considerados), mas, paradoxalmente, devido à existência do sofrimento no trabalho (já que prazer e sofrimento não são incompatíveis, mas convivem no exercício da atividade). Em que pese fatores de sofrimento como prazos a serem cumpridos, morosidade dos processos, o longo prazo para que sejam visíveis os frutos de seus trabalhos, os docentes relatam o prazer em lecionar, em terem seus trabalhos lidos, discutidos e utilizados por pares; o reconhecimento e premiação, o desafio de se deparar com uma turma de alunos disposta a desafios. São sofrimentos e prazeres pertinentes ao cotidiano do trabalho.

A dicotomia existente no par prazer-sofrimento deve ser considerada como aspecto importante no processo de saúde docente na academia. O sofrimento criador parece se confundir com o sofrimento patológico, na medida que o trabalho pendente é desempenhado às custas de sofrimento, ansiedade, insônia, auto-cobrança. Em que pese essa prática, acreditamos que os estados de prazer e sofrimento podem coexistir de uma forma saudável e criativa, desde que o professor consiga sublimar suas impressões negativas acerca do trabalho.

Estabelecer relações tão contraditórias sobre a mesma atividade mostra-nos que nosso julgamento em relação ao produto do trabalho é passível de uma avaliação subjetiva, que oscila nos diferentes sentidos criados sobre ele, além de ser afetado pelas sensações, inseguranças, inteligência que envolvem a relação com o trabalho. Essa construção de sentido sobre o seu trabalho pode ser prejudicada, caso o docente seja alienado em relação aos debates políticos que ocorrem na universidade. No exemplo inicialmente descrito, professores que veem o enxugamento orçamentário da universidade como uma realidade posta e irreduzível, dificilmente problematizarão tais questões, batalhando por uma participação política que possa melhorar suas condições de trabalho.

Poder discernir quais são os sofrimentos típicos do trabalho do docente do ensino superior de sofrimentos patológicos é importante para que o docente tenha uma percepção de si mesmo, regulando-os no contexto laboral. Uma percepção positiva de si e do grupo pode ser desenvolvida quando o profissional se vê capaz de mobilizar-se para a anulação do sofrimento, mostrando-se saudável para tal. Quando essa mobilização é conquistada em grupo, adquire força em sua significação que ultrapassam as expectativas, limitações e representações individuais enriquecidas pelas diferentes posturas e energias.

Em relação à avaliação do trabalho docente, realizada por técnicos de uma comissão central da universidade, os professores não creem que esta seja representativa de sua produção intelectual e acadêmica, tendo em vista que os critérios usados são apenas quantitativos

(bibliométricos). É importante notar que parte dos professores ainda têm um posicionamento crítico em relação às atividades docentes e seu reflexo na formação dos alunos, entendendo que, à exemplo dos Estados Unidos, estamos entrando na lógica do “publish or perish”. Na corrida competitiva pelo maior número de publicações, e de preferência em periódicos que sejam de circulação internacional bem avaliados na plataforma Qualis, professores perdem a possibilidade de um questionamento mais isento, mais atrelado às características peculiares de nossa universidade brasileira.

Concordamos com Chauí (1990) que afirma que os artigos (textos, livros) na área de ciências humanas levam um tempo maior para serem produzidos. Cremos que o trabalho intelectual em Humanidades acompanha as mudanças de vida e de sentido subjetivo daquele que o desempenha, requer amadurecimento, exige tempo e disponibilidade pessoal e subjetiva. O objeto de estudo das áreas de Humanidades tem essa especificidade que impede o pesquisador de ser comparado a outras áreas técnicas. Por outro lado, por mais que os órgãos financiadores, ou mesmo as instâncias avaliativas atentem para a especificidade das Humanidades, tratam-nas como casos de exceção à regra mais geral, sob a qual todas as demais áreas do conhecimento se enquadram.

Isso faz com que professores que pesquisam problemas pertinentes ao cenário nacional (temas sociais) não sejam devidamente reconhecidos pelas suas produções científicas. Em última instância, tal prática poderá levar os docentes a “canalizarem” seus interesses às áreas que, dentro do viés mercantilista, são mais vendáveis dentro do mercado quantofrênico das agências de fomento de pesquisa. (Gaulejac, 2010) Essa corrida pelo produtivismo, além de gerar uma supervalorização dos cursos de pós-graduação (*strictu e lato sensu*) e da realização de projetos em coautoria, reorienta os objetivos da academia para atender, num curto prazo, a demanda por performance nas suas publicações. Com isso, o curso de graduação fica em segundo plano. A formação se volta para um grupo hermético de pesquisadores e alunos interessados em seguir a pesquisa, ratificando a lógica produtivista acadêmica.

O excesso de trabalho, de que tanto se queixam os docentes, não se trata da carga física ou carga horária extensa, mas principalmente a carga psicológica do trabalho. A atividade na docência superior é retratada pelos professores como muito prazerosa, *a priori*. Os docentes mais antigos conseguem comparar épocas diferentes visto que acompanharam a entrada de novos parâmetros de avaliação da produtividade docente, cerceando sua autonomia no exercício da atividade e, conseqüentemente, impossibilitando o uso de si por si. Como já discutido anteriormente, a avaliação universitária, realizada cada vez mais por órgãos externos

tem ditado uma dinâmica que não contempla as necessidades específicas de cada área e da peculiaridade de cada perfil de aluno e atividade. Até mesmo a autonomia ideológica da universidade vem sendo questionada, em incidente ocorrido recentemente com um parecer negativo dado a projeto interinstitucional proposto ao CNPq na área de Humanidades, alegando que o referencial teórico utilizado pelo grupo não era científico, o que impedia o projeto de ter mérito técnico. (Boschetti, 2014).

O peso da avaliação externa, hoje, nas universidades, especificamente nos programas de pós graduação demonstram a falta de autonomia a que os pesquisadores estão sujeitos em suas atividades. A regulação externa acaba por diminuir a possibilidade de gestão de seu trabalho por si sobre o processo de trabalho como um todo. Com isso, o sentido que o indivíduo atribui ao trabalho é completamente afetado, mudanças subjetivas se processam, e o trabalhador hesita, resiste, avalia, posiciona-se com relação às modificações. Nesse sentido, prazer, satisfação, expectativas, tudo isso pode ser ressignificado (de forma mais ou menos positiva), modificando a relação do docente com a atividade que desempenha. Por isso é relevante salientarmos que alguns docentes com bastante tempo de trabalho na universidade lamentavam-se de como a função docente sofreu alterações em termos de atribuições e parâmetros de avaliação, exigindo do docente diferentes demandas, que iam de encontro ao que eles esperavam de uma carreira docente.

A convivência mista entre público e privado na universidade pública retrata a lógica neoliberal e pós moderna privatista que se irradia nos espaços públicos. É extremamente temeroso que a universidade siga a lógica pública do prestador de serviço (professor), cujo cliente vai impor as condições e modo de oferecer o serviço educacional. Ao invés de serem vistos como alunos/ usuários/ cidadãos que adquirirão conhecimento, acabam por se comportar como clientes, numa postura de imposição que dita o tipo de aula a ser dada, a postura do professor, além do conteúdo que ele elegerá para ser trabalhado no curso. O envolvimento dos professores em cursos da universidade e em cursos pagos financiados pela fundação de direito privado sobrecarrega física e mentalmente o trabalhador, deixando-o vulnerável a possíveis modificações na saúde. O culto à performance instaurado no meio acadêmico exige a onipotência individual do pesquisador, ao mesmo tempo em que tolhe as oportunidades iguais a todos. Por outro lado, acaba por induzir a uma situação de impotência frente a tantas demandas. Esse modo de organização fragiliza a percepção do trabalhador acerca de si além de individualizar as causas de possíveis dificuldades frente ao trabalho.

As faculdades de Humanidades não garantem, mas facilitam um posicionamento político dos docentes (e consequentemente do alunado), que lhes propicia uma visão mais

crítica e, ao mesmo tempo a busca por ações e debates coletivos. O fato de muitos estudarem teorias sociológicas e políticas lhes possibilita ações mais críticas e menos subservientes em relação às diretrizes da gestão acadêmica e de agências de fomento. Tais debates coletivos permitem ao professor significar subjetivamente o seu trabalho de uma forma mais coerente com suas expectativas e preocupações sobre os direcionamentos do ensino superior. Mas, ainda assim, apenas o contexto não é suficiente para explicar o comportamento institucional. Como afirma Clot (1999) independente de características mais gerais e contextuais, a significação do trabalho para cada trabalhador leva em conta desejos, sentimentos, o passado de cada um e o modo como processam tais informações.

A tecnicização do trabalho docente é visível através da segregação entre professores que se dedicam mais ao ensino dos que se dedicam à pesquisa e publicações. Esse processo acaba por tornar o trabalho docente semelhante a qualquer outro setor de produção. Profissionais sendo cobrados por produtividade, que se preocupam principalmente em atender às exigências de qualidade em relação ao seu produto. Seu valor como profissional deve ser referendado externamente pelas agências de fomento, que exigem cada vez mais a produtividade quantitativa e em periódicos indexados internacionalmente, tirando do trabalhador a autonomia para planejar sua própria atividade. Apesar de a produção de conhecimento estar ocorrendo em uma instituição pública, apesar de o conhecimento ser um bem público, ainda assim, ela é cobrada individualmente de cada pesquisador, refletindo uma incongruência no sistema meritocrático acadêmico brasileiro.

A aceitação do sistema universitário como um sistema produtivo, assim como qualquer outra atividade, favorece uma percepção de que a sua adaptação ao sistema meritocrático é inevitável. A tentativa de atender ao produtivismo infinito, cria um terreno suscetível ao adoecimento desses trabalhadores, além da competitividade de si com os colegas, descrença em relação a novas formas de relação no trabalho mais humanizadas e respeitadas do ritmo de cada trabalhador.

A partir de pesquisas anteriores, podemos afirmar que o exercício coletivo e debatido em coletividade pode suscitar um sentimento de pertença ao grupo, que parece dar uma certa segurança aos professores frente a suas queixas em relação ao trabalho. Do mesmo modo, trazer alunos e funcionários do curso para debaterem questões que fazem parte do funcionamento geral da universidade, proporcionando a todos os agentes do meio acadêmico a vivência engajada e reflexiva sobre a realidade vivida parecem ser alternativas viáveis dentro do cenário atual. Se entendermos por instituição o valor ou regra social reproduzido no cotidiano de trabalho com o estatuto de verdade, guia básico de comportamento e de padrão

ético para as pessoas, veremos que ela tem um papel importante na formação do posicionamento de professores que fazem parte da faculdade.

A mobilização por melhores condições de trabalho (o que passa pela discussão de políticas públicas do ensino superior) deve vir acompanhada de uma postura de confiança dos professores em si, como categoria. O reconhecimento e a deferência, antes conferidos aos professores de ensino superior, hoje, devido à crise das instituições totais e dos valores em geral no pós modernismo, faz com que a universidade não tenha mais tanta força política para reivindicar mudanças e melhores condições de trabalho junto ao poder executivo a qual está subordinada. A falta de reconhecimento repercute na relação professor-aluno, que, em alguns casos, se constitui como prestador de serviço-cliente; nos baixos salários e nas políticas públicas governamentais, que priorizam de sua forma a educação no nível superior; na crescente proletarização do docente do ensino superior, que cada vez mais tem se assemelhado a outros trabalhadores (manuais) do mercado; na falta de trocas sociais entre os pares, o que lhes traz uma sensação de solidão frente aos problemas laborais, dentre outros.

Considerações finais

O exercício de reflexões e discussões acerca do cotidiano de trabalho possibilita que o docente exerça a sua saúde segundo conceito explicitado no início do artigo. Vivenciar o sofrimento laboral junto a outros personagens institucionais possibilita ao trabalhador-professor trocar com pares suas ânsias e desejos em busca de soluções que, mesmo que não sejam definitivas, ainda assim permitem a ele sentir-se contribuindo para a melhoria dessas condições. Face à organização social que nos faz competir entre nós mesmos, em busca de algo que trará apenas benefícios individuais, faz-se mister criarmos “ilhas” de coletivismo que quebrem com o sistema individualizante hegemônico. Essas pequenas rupturas simbolizam que a saúde ainda prevalece sobre a adaptação inercial.

Referências:

Caponi, Sandra. Georges Canguilhem y el estatuto epistemológico del concepto de salud. História, Ciências, Saúde, Vol. IV (2), Santa Catarina, jul-out, 1997. P. 287-307.

Chauí, Marilena. Escritos sobre a universidade. São Paulo: UNESP, 2001.

Coimbra, Cecília Maria Bouças. Gerentes da ordem: algumas práticas “psi” nos anos 70 no Brasil. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia Universidade de São Paulo, 1992.

Cru, Damien. As regras do ofício. Plaisir et souffrance dans le travail. Paris: AOCIP, 1957-1988. 2.

Dejours, Christophe. Contribuição da clínica e da Psicopatologia do trabalho para a redefinição de trabalho. trad. Anísio José da Silva Araújo. Impresso. 2000.

_____. Por um novo conceito de saúde. Revista Brasileira de saúde ocupacional. V.14,no.54, p.7-11, 1986.
EHRENBURG,

Foucault, Michel. A ordem do discurso. (5ª ed.) São Paulo: Loyola, 1999. 79 p.

Gaulejac, V. Gestão como doença social: São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

Gohn, M.G. Movimentos e lutas sociais na história do Brasil. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2009.
HASHIZUME, C.M.

Leda, D.B. et al. Configurações do setor privado-mercantil na expansão da educação superior privada: notas para a análise do trabalho docente. In: Mancebo,d.& Silva Jr, J.d.R. Trabalho docente e expansão da educação superior brasileira (2012). Rio de Janeiro: EdUERJ.

Lima, Kátia . Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007

Lima, Kátia . Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: Larissa Dahmer Pereira; Ney Luiz Teixeira de Almeida. (Org.). Serviço Social e Educação. 01ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012, v. 01, p. 01-26.

Mancebo, D. & Silva-Jr. J.R. (Org.). Trabalho docente e expansão da educação superior brasileira. 1ed.Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, v. , p. 87-116.

Maximo, Antonio Carlos. Intelectuais e partido político: sobre o engajamento político de alguns educadores brasileiros: 1980-1995. Tese (Doutorado). USP, São Paulo, 1996.

PAGÉS, M.

Schmidt, Maria Luisa Sandoval. Plantão psicológico e rede pública de Saúde Mental: a crise da universidade pública e a conjuntura neo-liberal. (impresso) São Paulo, 2001.

Sennett, Richard. A corrosão do caráter. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

_____. O declínio do homem público. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Sguissardi, V. Educação superior: velhos e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2000.

Sguissardi, V.& Morosini, Marília. A Educação Superior em periódicos nacionais. Vitória: FCAA/UFES, 1998.

Sguissardi, V. & Silva Jr, João dos Reis (orgs.) Políticas públicas para educação superior. Piracicaba: UNIMEP, 1997a.

- _____. (orgs.). Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1997b.
- _____. Novas faces da educação superior no Brasil: Reforma do Estado e mudança na produção. Bragança Paulista: Edusf, 1999.
- _____. Novas faces da educação superior no Brasil: Reforma do Estado e mudanças na produção. 2ª. Ed. Revisada. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista, SP: USF-IFAN, 2001.
- _____. Trabalho intensificado nas federais: pós graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.
- Sguissardi, V. ; Silva Jr, João Dos Reis; Hayashi, C. R.J. (Org.). Educação superior brasileira 1991-2004. Brasília, 2006.
- Silva Jr, João Dos Reis; Sguissardi, V. As novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção. São Paulo: Cortez, 2001.
- Sguissardi, Valdemar; Silva Jr, J. d.R. Trabalho intensificado nas federais pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã Editora, 2009.